



**PODER LEGISLATIVO**  
**Câmara Municipal de Manaus**

**Gabinete do Vereador Massami Miki**

**PROJETO DE LEI nº \_\_\_\_\_ / 2016**

**"INSTITUI** no calendário oficial de eventos do Município de Manaus o Dia da Liberdade de Expressão e de Crença, cuja data será comemorada anualmente no dia 5 de Outubro, dia de aniversário da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988".

**Art. 1º** Fica instituído no calendário oficial de eventos do Município de Manaus o Dia da Liberdade de Expressão e de Crença, cuja data será comemorada anualmente no dia 5 de outubro, dia de aniversário da Constituição da República Federativa do Brasil - CRFB/1988.

Parágrafo único. Na data citada no caput deste artigo, o Poder Executivo fica autorizado a executar atividades cívicas e ecumênicas que contribuam para o avanço da cidadania e da tolerância religiosa em Manaus.

**Art. 2º.** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Plenário Adriano Jorge, em Manaus, 13 de setembro de 2016

**Ver. Massami Miki**  
**Líder do PSL**



**PODER LEGISLATIVO**  
**Câmara Municipal de Manaus**

**Gabinete do Vereador Massami Miki**

**JUSTIFICATIVA**

Liberdade de expressão é o direito de qualquer indivíduo manifestar, livremente, opiniões, idéias e pensamentos pessoais sem medo de retaliação ou censura por parte do governo ou de outros membros da sociedade. É um conceito fundamental nas democracias modernas nas quais a censura não tem respaldo moral.

A liberdade de expressão é um direito humano, protegido pela Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 1948, e pelas constituições de vários países democráticos.

Segundo o artigo XIX da Declaração Universal dos Direitos Humanos: "Todo ser humano tem direito à liberdade de opinião e expressão; este direito inclui a liberdade de, sem interferência, ter opiniões e de procurar, receber e transmitir informações e idéias por quaisquer meios e independentemente de fronteiras".

A liberdade de expressão, sobretudo sobre política e questões públicas é o suporte vital de qualquer democracia. Os governos democráticos não controlam o conteúdo da maior parte dos discursos escritos ou verbais. Assim, geralmente as democracias têm muitas vozes exprimindo idéias e opiniões diferentes e até contrárias.

Todos têm liberdade para falar o que quiser, porém, precisam responder legalmente por suas palavras, principalmente nos casos em que houver calúnia, injúria, e/ou difamação. No artigo 5º da Constituição Federal reza ser vedado o anonimato. Ou seja, não se pode proferir algo que venha a ofender a outrem e depois renegar o que foi falado. Deve-se arcar sempre com as conseqüências daquilo que é dito e saber ouvir o que o outro tem a dizer por lhe ser garantido o direito de resposta.

Segundo os teóricos da democracia, um debate livre e aberto resulta geralmente que seja considerada a melhor opção e tem mais probabilidades de evitar erros graves. Cabe esclarecer que a aplicação da democracia não traz privilégios ao um



**PODER LEGISLATIVO**  
**Câmara Municipal de Manaus**

**Gabinete do Vereador Massami Miki**

determinado grupo específico e nem busca-se limitar de qualquer forma o direito de outrem, mas sim garantir a liberdade e direitos do coletivo.

A democracia depende de uma sociedade civil educada e bem informada cujo acesso à informação lhe permite participar tão plenamente quanto possível na vida pública da sua sociedade e criticar funcionários do governo ou políticas insensatas e tirânicas. Os cidadãos e os seus representantes eleitos reconhecem que a democracia depende de acesso mais amplo possível a idéias, dados e opiniões não sujeitos a censura.

Quando a liberdade de expressão começa a ser cerceada em determinado Estado, a tendência é que este se torne autoritário. A liberdade de expressão serve como instrumento decisivo de controle de atividade governamental e do próprio exercício do poder. O princípio democrático tem um elemento indissociável que é a liberdade de expressão, em contraposição a esse elemento, existe a censura que representa a supressão do Estado democrático. A divergência de idéias e o direito de expressar opiniões não podem ser restringidos para que a verdadeira democracia possa ser vivenciada.

De outra banda, a todos os cidadãos, é garantido constitucionalmente o livre exercício de cultos religiosos e demonstrações de fé, como estabelece o artigo 5º, inciso VI, da Constituição Federal: **Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes: (...) VI - é inviolável a liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantida, na forma da lei, a proteção aos locais de culto e a suas liturgias; (...).** Entretanto, mesmo havendo previsão na Carta Magna, a liberdade religiosa não é exercitada livremente pelos cidadãos brasileiros, nem mesmos entre religiões, igrejas e seitas.

Destacamos que a intolerância religiosa, mesmo entre religiões, igrejas e seitas, é uma forma preconceituosa de agir e apenas amplia a violência social, sendo válidas todas as iniciativas do Poder Público para conter estas expressões negativas de



**PODER LEGISLATIVO**  
**Câmara Municipal de Manaus**

**Gabinete do Vereador Massami Miki**

descontentamento contra aqueles que apenas professam seus credos. Além dos aparatos constitucionais, esta proposição parte com a premissa de que qualquer fé religiosa - seja ela católica romana, anglicana, luterana, batista, presbiteriana, adventista, evangélica, pentecostal, judaica, muçulmana, espírita, budista, candomblé ou demais religiões africanas - prega o respeito ao próximo, devendo o Poder Público e a sociedade contribuir para o avanço a uma sociedade com membros capazes de interagir pacificamente, preservando suas diferenças religiosas.

Colho o ensejo para reiterar a necessidade da aprovação desta proposição.

Plenário Adriano Jorge, em Manaus, 13 de setembro de 2016

**Ver. Massami Miki**  
**Líder do PSL**

Documento 2016.10000.10902.9.010494  
Data 26/09/2016



**TRAMITAÇÃO**  
**Documento Nº 2016.10000.10902.9.010494**

## **Origem**

**Unidade** GABINETE VEREADOR MASSAMI MIKI  
**Enviado por** WASHINGTON ROCHA DE LIMA  
**Data** 26/09/2016

## **Destino**

**Unidade** DIRETORIA LEGISLATIVA  
**Aos cuidados de** OLIVEIDE RODRIGUES DE CASTRO

## **Despacho**

**Motivo** ANÁLISE E PROVIDÊNCIAS  
**Despacho** SOLICITO PROVIDÊNCIAS.